

# A “CAÇA ÀS BRUXAS” PELA ÓTICA DISCURSIVA NO TRATADO DE DEMONOLOGIA *MALLEUS MALEFICARUM*

THE “WITCH HUNT” FROM THE DISCURSIVE PERSPECTIVE IN THE DEMONOLOGY TREATY *MALLEUS MALEFICARUM*

Rafaela Werneck Arenari Martins<sup>1</sup>

Adriely de Oliveira Clarindo<sup>2</sup>

Mauro Macedo Campos<sup>3</sup>

**RESUMO:** Neste artigo propõe-se analisar os discursos produzidos sobre as bruxas, mulheres e feminino, contidos no tratado de Demonologia, *Malleus Maleficarum* (Martelo das Bruxas) escrito no período inquisitorial. Através de fragmentos do tratado é possível perceber a produção de lugares destinados ao feminino e às mulheres. Por meio da análise do discurso, e nos pressupostos foucaultianos, põe-se também em evidência a teia de relações e técnicas de saber e poder que envolvem as mulheres, a bruxaria e o feminino. Finalmente, compreendendo que linguagem e discurso são lugares de lutas e disputas permanentes, constata-se a reverberação dos discursos originados no período histórico inquisitorial até os dias atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bruxaria; Discurso; Feminino.

---

<sup>1</sup> Mestra em Psicologia institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil. Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Brasil. Bolsista FAPERJ – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1164-7021>. E-mail: [rafaelaarenari@gmail.com](mailto:rafaelaarenari@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestra em Psicologia institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil. Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas – Brasil, com período sanduíche na Universidade de Lisboa – Portugal. Bolsista CAPES – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3977-1163>. E-mail: [clarindoadriely@gmail.com](mailto:clarindoadriely@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Realizou estágio pós-doutoral em Ciências Políticas na Universidade Estadual de Campinas – Brasil. Bolsista do Programa Cientista do Nosso Estado / FAPERJ – Brasil. Professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9472-5165>. E-mail: [mauromcampos@uenf.br](mailto:mauromcampos@uenf.br)

**ABSTRACT:** This article proposes to analyze the discourses produced about witches, women and feminine, contained in the Demonology treaty, *Malleus Maleficarum* (Hammer of Witches) written and widely disseminated in the inquisitorial period. Through fragments of the treaty it is possible to perceive the production of places destined to the feminine and to the women. Through the speech analysis based on Foucauldian assumptions, the web of relationships and techniques of knowledge and power that involve women, witchcraft and the feminine is also highlighted. Finally, understanding that language and discourse are places of permanent struggles and disputes, the reverberation of the discourses originated in the inquisitorial historical period to the present day can be seen.

**KEY WORDS:** Witchcraft; Speech; Feminine.

## 1 Introdução

Este artigo é fruto de desconfortos que emergiram a partir de leituras acerca do tratado de demonologia *Malleus Maleficarum* ou Martelo das Bruxas (KRAEMER; SPRENGER, 2017). Tal desconforto nutriu e direcionou o interesse na análise do discurso de inspiração foucaultiana, de modo que se pudesse pôr em relevância os enunciados presentes no tratado que culminavam na produção da imagem da bruxa como figura perigosa, e como sua consequente demonização era direcionada às mulheres e ao feminino, tornando-as objetos de perseguição, tortura e morte. Enunciados que corroboravam com um dispositivo institucionalizado a partir do século XVI, intitulado a “Caça às Bruxas”, que tinha por objetivo o extermínio de mulheres, e que repercute ainda até os dias atuais.

A reverberação das violências presentes na constituição e propagação do dispositivo em questão justificam a relevância desse assunto. Isto, tendo em vista que os índices alarmantes sobre a violência contra a mulher remontam algumas das práticas presentes na temida Caça às Bruxas. O Atlas da Violência de 2019 (CERQUEIRA *et al*, 2019), ao revelar os dados sobre a violência contra a mulher, não apenas indica que houve um crescimento do feminicídio<sup>4</sup> no

---

<sup>4</sup> O termo feminicídio caracteriza crimes de ódio baseado no gênero. Essa noção ganhou centralidade no Brasil a partir de 2015, quando aprovada a Lei Federal 13.104/15 (BRASIL, 2015) que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio e, no mesmo norte, foi inserido no rol de crimes hediondos (MELO; RIBEIRO, 2021).

Brasil nos últimos anos, como também aponta que múltiplas forças de desigualdades de ordem racial, econômica e social se sobrepõem sobre as mulheres. Nesse cenário a Organização Mundial da Saúde destaca que os países da América Latina estão no ranking global dos países com maior número de feminicídio no mundo: ocupando o primeiro lugar El Salvador, seguido por Colômbia e Guatemala. O Brasil preenche o 5º lugar neste ranking.<sup>5</sup>

No exercício de analisar e questionar as condições que favoreceram e ainda favorecem as situações de extrema violência contra a mulher, direcionamos nossas análises para o período Inquisitorial onde uma série de dispositivos discursivos de perseguições contra as mulheres foram forjados. Daremos centralidade a análise de trechos do tratado *Malleus Maleficarum* (KRAEMER; SPRENGER, 2017) que foi um dos instrumentos mais importantes na produção da justificativa para a desconfiança, culpabilização e o ódio dirigido às mulheres. Esse e outros escritos produzidos pela aliança Igreja/justiça forjavam-se como instrumento legal para justificar a Caça às Bruxas.

A respeito da trágica reverberação desse fenômeno, vê-se, através de violências cotidianas contra mulheres exemplos notórios de sua atualização, como o espancamento e morte de Akua Denteh, de 90 anos, em Gana em agosto de 2020, noticiado pelo jornal Deutsche Welle<sup>6</sup>. A notícia da morte de Akua inscreve-se junto ao cenário político e jurídico presente em algumas regiões do continente africano onde a bruxaria é um crime passível de condenação à morte, como é o caso do Congo, Zâmbia, Tanzânia e Gana. Nesse horizonte, nota-se ainda que entre 1960 e 2000, cerca de 40 mil pessoas acusadas de prática de bruxaria, assim como Akua, foram assassinadas na Tanzânia (MÜLLER; SANDERSON, 2020).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-femicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ca%C3%A7a-%C3%A0s-bruxas-um-problema-que-persiste-no-s%C3%A9culo-21/a-54520254>

A Caça às Bruxas, no entanto, não é uma realidade inscrita apenas no continente africano. Milhares de mulheres também são perseguidas e mortas no Sudeste Asiático e na América Latina (MÜLLER; SANDERSON, 2020). A passagem da teórica *queer* Judith Butler pelo Brasil, evidenciou o desejo de morte às bruxas presente no território nacional, quando um grupo de direita realizou a queima simbólica da filósofa em um protesto em São Paulo. Empunhando crucifixos, os manifestantes atearam fogo em uma boneca vestida bruxa com o rosto de Butler enquanto esbravejavam “queimem a bruxa”<sup>7</sup>.

Esses exemplos e dados sobre a violência direcionada a diferentes mulheres, propiciam, portanto, a compreensão de que as práticas de Caça às Bruxas são produzidas primeiramente no âmbito discursivo. Nesse sentido, e pensando junto às teorias de Michel Foucault (1996) sobre o discurso, compreendemos o discurso como um meio de construção de realidades, levando ainda em consideração que todo discurso é construído historicamente e atravessados por jogos de forças complexas e por isso são instrumentos de poder.

A fim de apreender as nuances históricas do dispositivo<sup>8</sup> de Caça às Bruxas e os ecos presentes nas violências cotidianas dirigidas a diferentes mulheres, seguimos o procedimento de análise que posiciona fatos históricos, discursos, experiências e práticas como passíveis de questionamento. Além de explicitar as lutas e práticas de resistência que algumas bruxas exercitam frente a tal dispositivo.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/573413-queimem-a-bruxa-visita-de-judith-butler-provoca-manifestacoes-nas-ruas-de-sao-paulo>

<sup>8</sup> Neste artigo, compreende-se o dispositivo sob a luz das percepções de Deleuze (2016), como máquinas de fazer ver e de fazer falar, e compostas por linhas de natureza diferente. As linhas do dispositivo, para o autor, não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio.

## *2 Bruxas e mulheres: proximidades arriscadas*

As representações sociais forjadas sobre a insígnia de bruxaria durante a História são diversas e se engendram através de estereótipos fabricados por livros, filmes, mitos, contos populares e religiões, principalmente cristãs. A concepções a respeito da bruxaria, apesar de mutáveis e não necessariamente estáticas, ao se tornarem parte do imaginário social, fizeram da bruxa uma figura plural que ao passo que habita o véu do real, inscreve-se também no mundo da fantasia. De maneira estereotipada, as bruxas e as bruxarias, seja na fantasia ou no real passeiam nas ideias de maldade e também, por outro lado, de cura. Atreladas aos saberes tradicionais e as cosmovisões, elas muitas vezes são remetidas a um passado distante, com uma conotação lendária e fabulosa.

Um exercício subjetivo que afirmaria essas conotações reside em sugerir aos leitores que fechem os olhos e imaginem uma bruxa: é provável a imagem dela seja de uma mulher mais velha e de aparência assustadora, com verrugas no nariz, chapéus compridos, montada em uma vassoura, e criando gatos pretos<sup>9</sup>. Alguns grupos sociais ainda consideram as bruxas como aquelas que tem práticas abomináveis e “mantêm intercuro sexual com cadáveres; praticam canibalismo e roubam crianças” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 22). Contudo, outros modos de produzir saberes a respeito da figura da bruxa e narrar histórias sobre elas vão emergindo para além das fábulas e crenças de parcelas da população. Perspectivas esotéricas, históricas, antropológicas e das ciências da religião têm se destacado nas disputas sobre a produção de regimes de verdade<sup>10</sup> sobre o assunto.

---

<sup>9</sup> Russell e Alexander (2019), destacam que as imagéticas como as bruxas más, de contos como a Branca de Neve, bruxa malvada do Oeste do magico de Oz, são algumas das responsáveis por fixarem essas imagens no imaginário muitas gerações.

<sup>10</sup> Para Foucault (2010, p. 67), regimes de verdade implicam naquilo “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade”, estabelecendo para tais atos determinados condições e efeitos específicos.

Em relação ao interesse investigativo sobre a relação entre bruxaria e demônio, construída no solo europeu (RUSSELL; ALEXANDER, 2019), ou em examinar processos inquisitoriais que em grande número partem da perspectiva daqueles que perseguiram e condenavam as bruxas, nota-se o afinco de algumas abordagens no campo da História (SILVA, 2012; ROCHA, 2017). Noutro ponto, interessando-se em considerar, separar e categorizar a bruxaria, feitiçaria<sup>11</sup>, o curandeirismo e etc., algumas perspectivas tradicionais antropológicas, sobretudo a antropologia social, esforça-se para alocar a feitiçaria como categoria comum a todas as culturas humanas, enquanto as outras como construtos específicos de determinadas sociedades e tempos históricos<sup>12</sup> (RUSSELL; ALEXANDER, 2019).

Há também a abordagem das ciências da religião que destacam aspectos da cultuação de deuses e deusas e prática de atos que consideram magia, buscando evidenciar que o satanismo, ou adoração ao demônio, enquanto religião ou prática de fé, também nada tem a ver com bruxaria. No campo da concepção esotérica, facilmente encontrada em livros de ocultismo (tarô, astrologia, quiromancia, dentre outros), vê-se a relação desses saberes como práticas à bruxaria (RUSSELL; ALEXANDER, 2019; CABOT, 1992).

Em concordância mútua, vê-se ainda que estudos históricos e antropológicos entendem que o ofício da feitiçaria era de domínio majoritariamente feminino (ROCHA, 2016; SILVA, 2012; FEDERICI, 2018;

---

<sup>11</sup> Segundo Russell e Alexander (2019); Silva (2012), alguns trabalhos de perspectivas antropológicas e históricas buscam diferenciar principalmente os conceitos de bruxaria e feitiçaria. A feitiçaria estaria relacionada à magia natural, cujo conhecimento normalmente gira em torno da cosmogonia do universo e da natureza. Quanto à bruxaria, teria uma fonte sobrenatural; o Mal, que segundo um pensamento iniciado na Idade Média e consolidado na Modernidade, onde poderes das bruxas eram, portanto, uma concessão feita pelo demônio em troca de suas almas (pacto).

<sup>12</sup> Muitas críticas são feitas às perspectivas antropológicas clássicas no que tange a divisão entre bruxaria e feitiçaria um aspecto no campo da ciência que reforça ainda mais os estereótipos negativos a respeito da bruxaria, esvaziando assim seus sentidos potentes e políticos (FEDERICI, 2018).

MALINOWSKI, 1988). Essa tradição que se estendeu ao longo da Idade Média resultou no processo conhecido como “Caça às Bruxas”. Processo este, que se atualiza de um modo particular de fazer morrer corpos específicos: mulheres, principalmente mulheres idosas, na África e na América Latina, que são caçadas e mortas sob acusações de bruxaria, que se assemelha a uma “necropolítica”, nos termos definidos por Mbembe (2021). Essa política de morte endereçada às bruxas é historicamente datada e produzida nas malhas microfísicas do poder (FOUCAULT, 2006) de um tempo, contexto social e cultural específico: a hegemonia do cristianismo e o nascimento do capitalismo (FEDERICI, 2018).

Silva (2012) aponta que os teólogos medievais apoiados em uma ciência herdada das tradições aristotélicas endossaram a natureza inferior das mulheres. Segundo essa lógica a debilidade física da mulher justificaria uma suposta fraqueza de seu caráter incontinente e corruptível. A premissa da inferioridade da mulher não era mais uma questão apenas de concepções religiosas, mas também corroborada e difundida segundo as leis da ciência.

A dominação masculina pôde então ser considerada justa na medida em que é exercida para benefício do dominado e não por mero interesse individual do dominador. Assim foi que “(...) O homem procurou um responsável para seu sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher (...)” (DELUMEAU, 1989, p.314). Essa linha de pensamento marcou profundamente o Ocidente Cristão (SILVA, 2012; ROCHA, 2017; FEDERICI, 2018). E é nesse contexto, que Tratados de Demonologia começam a ser redigidos com finalidade de explicar os poderes dos demônios e bruxas, dando respostas para os impasses enfrentados pela sociedade da época, ao mesmo tempo que validam e legalizavam a perseguição e a tortura endereçados a elas.

É, portanto, nesse cenário de disputas que se formalizou um conjunto de perspectivas que se arriscam a pesquisar o esfumaçado mundo da bruxaria. As

bruxas, todavia, e mesmo em meio às disputas discursivas sobre o tema, habitam vias múltiplas: precisada e execrada por sociedades que a procuram e rejeitam; que pagam por seus serviços e a entregam a autoridades para purgarem seus pecados na fogueira.

Elas ainda sobrevivem hoje, permanecendo vivas nos contos, na mídia, nas mulheres que se vinculam a grupos neo-pagãos, nas rezadeiras, nas parteiras, nas curandeiras, ou seja, naquelas que estabelecem com a natureza uma relação singular e através dela, cuidam, curam e resistem às atualizações da caçada a elas direcionada. Essa perseguição é um fenômeno histórico que contou com dispositivos discursivos como ferramentas de legitimação das práticas persecutórias, como é o caso dos Tratados de Demonologia.

### ***3 O Martelo das Bruxas: um manual de odiar, torturar e matar mulheres***

O complexo contexto sócio-histórico dos séculos XIV, XV, XVI e XVII na Europa, marcado por guerras civis e religiosas, fome, a peste negra, o abalo na Igreja Católica, provocado pela Reforma Protestante, e a emergência do capitalismo gerou um ambiente de medos e incertezas, levando os homens modernos a procurarem culpados para os seus problemas (ROCHA, 2016; 2017). De acordo com Delumeau (1989), a figura cristã do demônio foi eleita como o grande responsável por essas e outras mazelas sociais, e as bruxas, consideradas os agentes humanos de sua atuação no mundo, deveriam ser caçadas, julgadas e punidas.

Tratados de demonologia foram redigidos com finalidade de explicar os poderes dos demônios e bruxas, dando respostas para os impasses enfrentados pela sociedade da época. Esses documentos insistiam na propensão das mulheres ao pacto demoníaco e contribuíram para tornar a bruxaria um delito predominantemente feminino (SILVA, 2012; FEDERICI, 2018; 2019). Nesses tratados era defendido que a figura feminina seria

ontologicamente dotada de fraqueza física e moral, de inteligência limitada e sexualidade incontrolável e por isso, elas seriam a vítimas privilegiadas das astúcias do demônio (TOSI, 1998; DIAS; CABREIRA, 2019). Por essa razão toda mulher deveria ser vista como suspeita de bruxaria (FEDERICI, 2018).

Publicado pelos dominicanos que atuaram como inquisidores na Alemanha, Heinrich Kraemer e James Sprenger, em 1486, *Malleus Maleficarum*<sup>13</sup>, ou o *Martelo das Bruxas* (2017) foi uma das primeiras e mais influentes obras de demonologias da história. Trata-se de um guia inquisitorial universal amplamente utilizado para identificar, inquirir e julgar; e foi elaborado como um manual minucioso de execução de modos de confissão, penas de torturas e morte, especialmente de mulheres acusadas de bruxaria, pactos com o diabo e heresias.

A obra organizou e legitimou durante séculos os discursos e ações teológicas-jurídicas que levaram milhares de mulheres à serem perseguidas, torturadas e mortas nas fogueiras. Ela ainda legitimou a repressão à bruxaria, ao feminino e a práticas que culturalmente eram realizadas por mulheres, como a realização de partos e o curandeirismo, do fim do século XIV até meados do século XVIII (FEDERICI, 2018; MELO; RIBEIRO, 2021).

Em muitas passagens do *Malleus Maleficarum* (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 220) é possível observar narrativas que buscavam justapor as ações das bruxas à malefícios ligados à sexualidade e aos chamados “atos venéreos”. Às bruxas foi atribuído, por exemplo, o poder prejudicar a procriação, isso poderia ser percebido na impossibilidade de uma mulher conceber uma criança, ou mesmo a interdição de um homem de realizar o ato sexual.

Segundo os autores, as bruxas podiam ainda criar obstáculos à função procriadora através da neutralização das forças viris. Primeiro poderiam fazer

---

<sup>13</sup> Utilizamos aqui a edição de 2017, da editora Recorde. Na tradução de Paulo Fróes *Malleus Maleficarum* é traduzido como O martelo das Bruxas.

isso impedindo diretamente a ereção do membro próprio à frutificação, já que são capazes de viciar e perverter o uso natural de qualquer membro. Depois, elas poderiam impedir o fluxo das “essências vitais aos órgãos onde reside a força motriz, ocluindo os ductos seminais de sorte a não se comunicarem com os vasos procriadores, ora impossibilitando a ejaculação, ora a tornando infrutífera” (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 221).

Não obstante a tudo isso, as bruxas podem ainda impedir que o homem possa procriar ou ter o ato venéreo com uma mulher, mas não com outra. Elas ainda teriam o poder de “retirar do homem o membro viril, como se o tivesse arrancado por completo do corpo”, ocultando-o por um encanto (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 216).

Ainda sobre os aspectos relacionados a sexualidade os autores afirmam que:

A mulher é mais carnal que o homem, o que se evidencia pelas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é por assim dizer, contrária a retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente [...] portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na fé, e conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que conforma a raiz da bruxaria (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 94-95).

Por meio dessas passagens do livro é possível pôr em questão todo o processo de culpabilização das mulheres por uma suposta subversão da ordem original através de sua sexualidade. Diante de tal culpabilização, e considerando essas práticas como um grave pecado, elas eram levadas a juízo e obrigadas a se confessarem, sendo depois punidas (MELO; RIBEIRO, 2021). Os fragmentos do tratado proporcionam ainda uma correlação às concepções foucaultianas sobre sexualidade, uma vez que para o autor a sexualidade, antes de ser submetida a uma hipótese repressora, foi produzida por práticas sociais que

serviram de base para a sustentação e a formação discursiva da modernidade (FOUCAULT, 2014).

As proposições deste autor, ainda podem ser compreendidas quando analisamos os fragmentos textuais presentes na Introdução de “Martelo das Bruxas” (2017), onde pode-se encontrar trechos do texto bíblico do Gênesis que marca a mulher como uma abertura do portal da morte e do pecado ao se deixar levar pela sedução demoníaca da serpente, quebrando a ordem original. Enfeitiçada e fraca por não resistir, a mulher se torna tentadora e rompe com a transcendência do homem ao provocar sua exclusão do paraíso. A figura da mulher passa a ser associada à paixão, à natureza, à carne, às relações sexuais e ao prazer, tudo que deve ser controlado, rigidamente normatizado.

Nesses enunciados consolida-se o medo e o repúdio ao feminino que pautado nas noções judaico-cristãs inscrevem-se através de um mito fundador que narra a primeira mulher como figura que foi seduzida pelo diabo e induzida a desobedecer à ordenação divina segundo a qual deveria se abster de comer o fruto da árvore do conhecimento. Mais do que isso, ela levou a pecar o primeiro e mais puro dos homens: Adão. Portanto, além de passível à sedução diabólica, torna-se ela própria cúmplice do Mal ao incitar seu companheiro ao pecado. Essa atitude irrefletida gera graves consequências e a Eva judaica é acusada de disseminar o mal no mundo. Tal atitude desencadeia o processo que culmina com a perda do Paraíso e condenação de toda a humanidade a uma vida perene de dor e trabalho. Este é mais um passo para a associação entre o feminino e a malignidade; entre a mulher e o diabo (SILVA, 2012).

Nota-se ainda que no cristianismo a negação da fé cristã é o ponto máximo de ruptura da relação criador-criatura: o pecado por excelência. Foi por meio da desobediência e insubmissão que Lúcifer foi expulso da ordem celestial. Foi também assim, que Eva fechou as portas do Paraíso e, nessa perspectiva não é admissível que as bruxas causem ao mundo outro

dano tão irreparável cometendo o mesmo e outros pecados (MELO; RIBEIRO, 2021). O receio, o medo e as violências direcionadas às mulheres, dizem respeito ainda a como historicamente os atributos de feminilidade são discursivamente inscritos como perigosos, maléficos e poderosos.

Essa forma de atribuição do feminino, baseadas nos escritos da cultura e da fé judaico e cristã, são influenciadas pela mitologia Suméria. Isso foi enfatizado de tal forma que chegou a uma estruturação institucional, que segundo Juliana Pereira (2011, p. 2) “relegou definitivamente à mulher a culpa pelo pecado e pelas mazelas que abundavam no mundo terreno”, assim como defende Jean Delumeau:

[...] mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher foi acusada pelo outro sexo de ter introduzido na terra o pecado, a desgraça e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta original ao abrir a urna que continha todos os males ou ao comer o fruto proibido. Quando procurou-se um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher (DELUMEAU, 1989, p. 314).

Não somente as mulheres e bruxas eram as grandes culpadas pelas mazelas que afetavam a Europa e as Colônias, mas também a figura do demônio, construída pelas crenças monoteístas judaico-cristãs, que era concebida como o oposto do deus uno. A progressiva importância atribuída ao demônio fez com que a bruxa surgisse aformando a certeza de que as mulheres são por natureza muito mais propensas ao serviço do demônio. Algumas das imagens mais estereotipadas de feiticeira surgem nesse período: a Velha horrenda, próxima da morte e invejosa de toda juventude, beleza e vitalidade. Este tipo de feiticeira foi imortalizada nos “contos de fadas” (SILVA, 2012; RUSSELL; ALEXANDER, 2019 ).

Além da demonização das mulheres e do feminino por meio de pressupostos religiosos, no *Malleus Maleficarum* (KRAEMER; SPRENGER, 2017)

há uma incisiva tentativa de demonização dos saberes de cura das bruxas, culpabilizando-as por possíveis mortes:

[...] elas usam certas imagens e alguns amuletos, que costumam colocar embaixo das ombreiras das portas das casas, ou nos campos em que pastam os rebanhos, ou inclusive onde se congregam os homens, e desse modo enfeitiçam suas vítimas, que muitas vezes acabam morrendo [...] (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 20-21).

Esses escritos ao desconsiderarem que historicamente alguns grupos de mulheres utilizavam saberes tradicionais de saúde autogestivos de cura do corpo através da observação e manuseio de elementos da natureza (TOSI, 1998; THOMAS 1991; FEDERICI, 2018; 2019; PRECIADO, 2008), e ao passo que atribuíram a elas a “condição” de “servas do diabo” pela aliança igreja/justiça, proporcionaram a perseguição às mulheres que detinham e disseminavam saberes ancestrais sobre a natureza e o corpo feminino tendo em vista também, a promoção e o nascimento de uma ciência positivista.

Na apropriação dos conhecimentos das bruxas e da consequente expulsão das mulheres do saber social e com a negação do saber popular (MAESTRO, 2013; PRECIADO, 2008; TOSI, 1998; GUIMARÃES, 2018) estão também as bases de um saber positivista permitido àquela altura apenas ao manuseio masculino.

No Martelo das Bruxas ainda podemos observar através das citações feitas pelos teólogos, diálogos com acontecimentos históricos e escritos da bíblia cristã que davam ainda mais peso a prerrogativa do perigo causado pelas mulheres.

Se perquirimos devidamente, vamos descobrir que quase todos os reinos do mundo foram derrubados por mulheres. Troia, a cidade próspera, foi pelo rapto de uma mulher, Helena, destruída e assim assassinados milhares de gregos. O reino dos judeus sofreu de muitos flagelos e de muita destruição por causa de Jezebel, a maldita, e de sua filha Atália, rainha de Judá, que causou a morte dos filhos do seu filho para que pudesse reinar; cada um deles foi assassinado. O Império Romano, sofreu penosamente nas mãos de Cleópatra, a rainha do Egito, a pior de todas as mulheres. E assim com muitas

outras. Portanto, não admira que hoje o mundo padeça em sofrimento pela malícia das mulheres (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 97).

Mulheres foram e ainda podem ser vistas como perigosas em função de uma prática discursiva que as circunscreve como desestabilizadoras à cultura ocidental, isto por que, sob tais perspectivas elas estão intimamente ligadas à natureza, ao inferior, ao selvagem, ao que precisar ser domesticado.<sup>14</sup> Contudo, os escritores do tratado analisado, Heinrich Kraemer e James Sprenger (2017), cuidaram da suavização de suas acusações ao afirmarem que nem todas as mulheres são perigosas, somente as que se levantam de modo a contrariar as ordens de seus maridos e da Igreja. E também é claro as adúlteras, prostitutas, que reúnem em confrarias, as que se disfarçam de curandeiras, parteiras, trocam conhecimentos, saberes, pois isso, as coloca no jogo dos poderes como grandes jogadoras.

Perigosas são também aquelas que participaram das revoltas camponesas que precederam a centralização dos feudos, as mulheres pobres, viúvas e autônomas (FEDERICI, 2018). Sabemos, no entanto, que mesmo com essas distinções, o plural “mulheres” guarda reservas e exige cuidados históricos ainda hoje.

Os tratados de demonologia na tentativa de organizar um manual universal para perseguição, morte e/ou domesticação das mulheres, inscreveu as mulheres como uma figura unívoca e universal que apesar de possuírem algumas diferenças entre si, reuniam-se em similaridade frente uma suposta essência diabólica que as colocaria dentro uma categoria única de análise: a mulher.

---

<sup>14</sup> As discussões sobre domesticidades, proximidades impostas sobre o feminino e a natureza, bem como o binômio natureza x cultura, têm sido discutidos de maneira perspicaz no campo de teorizações feministas. Ver em McClitonck (2010) e Ortner (1979).

Todavia, o tratado analisado diz respeito a um processo sócio-histórico de perseguição às mulheres no continente europeu. As representações sociais que ainda reverberam, apesar de demonstrarem alguma proximidade aos fragmentos presentes no tratado, se modificaram em meio as disputas discursivas sobre o tema. A bruxaria e as bruxas tomaram outros contornos na passagem secular, na formação social e racial das colônias, e nas relações de poder estabelecidas entre os territórios colonizados e os países imperialistas.

#### *4 Quem são as bruxas?: desmitificando a categoria mulher*

É sabido, como sugere Anne McClintock (2010), que durante séculos, os continentes incertos – África, Ásia, as Américas – foram concebidos pelo saber europeu como libidinosamente eróticos. De acordo com a autora, muito antes da era do alto imperialismo vitoriano, a África e as Américas já se tinham se tornado uma fantástica lanterna da mente na qual a Europa projetava seus temores e desejos sexuais proibidos. Isto porque, histórias e lendas estavam eivadas de uma sexualidade monstruosa e proibida, dirigida a terras distantes.

As mulheres habitantes das então colônias, nessa tradição pornotrópica, figuravam tão lascívias que beiravam o bestial. As expedições às terras distantes delineavam menos que um reconhecimento expandido das diferenças culturais, mas sim um território tornado feminino e selvagem, pronto a ser explorado e domesticado. Não por acaso, para René Descartes, a expansão do conhecimento masculino equivalia a um violento arranjo de propriedade que fazia dos homens “senhores” e possuidores da natureza, e a conquista imperial do globo se apresentava como uma sanção política na prévia subordinação das mulheres como uma categoria da natureza (MCCLINTOCK, 2010).

Se fizermos um salto histórico, observando os perigos de pensar o tempo dos fatos histórico de maneira linear e acompanhando as noções da autora citada, avistaremos que neste contexto de formação discursiva nas relações de

poder entre países imperais e ex-colônias, iniciada a modernidade, os habitantes das ex-colônias em muitas percepções puderam ser aprendidos como um habitante atrasado preso em um tempo anacrônico, do selvagem, da bruxaria, dos feitiços e encantamentos: a encarnação viva do arcaico “primitivo” destinado à domesticação.

Ainda de acordo com McClintock (2010), as diferenças geográficas, de gênero e raça entre as mulheres que viviam nas colônias também se imbricavam em meio às relações de poder. Hierarquias de classe, gênero raça construía-se de modo a ter em seu tropo o homem branco, seguido da mulher branca de classe média, as trabalhadoras representavam um atraso quanto a branquitude, e as outras: prostitutas, domésticas, trabalhadoras de minas ficavam no limiar entre as raças brancas e negras, dada sua exposição ao público e fonte de renda. Vê-se assim que as construções entre as representações ocidentais dirigidas às mulheres brancas europeias e daquelas habitantes de colônias, ou ex-colônias, ocorreram de maneira distintas.

Por isso torna-se equivocada quaisquer teorizações e análises que intentem apreender a história e experiências de mulheres bruxas sem levar em consideração as relações de poder colonial, e categorias sociais de diferenciação como raça, classe, nacionalidade e gênero na formação da noção de mulher (LUGONES, 2008; 2012). Neste artigo, alinhamo-nos junto às críticas feministas sobre a categoria mulher como universal, nos afastamos dos aspectos fundacionistas biológicos que propõem a construção de uma identidade feminina perpassada pelo sexo, e apostamos na noção de mulher como uma categoria permanentemente discutível (BUTLER, 2018, p. 36); bem como, pluralidades e modos de existência. O constante exercício de não enquadrar ou essencializar a categoria *mulher* abre fissuras para combater as durezas e exclusões provenientes das lógicas identitárias.

Ao pensarmos a respeito de mulheres bruxas e da bruxaria, menos que forjar binarismos do que seria feminino/masculino, ligando essas contrapartes ao sexo biológico, e tampouco estabelecendo relação de pura dominação entre masculino\homem (dominador) *versus* feminino\mulher (dominado), colocamos em jogo como se estabelecem as relações de poder que não pertencem a um gênero, no sentido foucaultiano de poder, ele é um jogo de forças e emana por múltiplos lugares. Bruxaria, nesse sentido, pode ser vista, ora como meio de justificar a execração mulheres, e ora como possibilidade de resistência de muitas mulheres.

Retornando à discussão sobre as compreensões da bruxaria, nota-se que nas Américas coloniais a Caça às Bruxas ocorreu através do uso do “Martelo das Bruxas” como instrumento jurídico/religioso. Contornos específicos de tal caça em terras tropicais garantiram às mulheres indígenas e negras escravizadas o destino das fogueiras e torturas. Tendo em vista que antes da invasão e exploração do continente já existia a tradições milenares ligadas a cosmovisões locais de espiritualidades e práticas de cura, e que também contaram posteriormente com as tradições africanas; nas então colônias, o uso de magia era constante para curar adoecimentos físicos, assim como para resolver problemas práticos do dia-a-dia, conquistar bens materiais. Além de fonte de resistência ao sistema escravista e à dominação portuguesa e espanhola (ROCHA, 2017).

Os saberes sobre a natureza, as magias das ervas, os rituais de cura constituíam parte das experiências dos povos que habitavam nessas terras (SANTOS; COIMBRA JR, 1994). Esses conhecimentos eram construídos empiricamente e transmitidos para os membros mais jovens da própria comunidade (COSTA; VELOSO; LEAL, 2019). Especificidades da Caça às Bruxas nas Américas reside nas cores e formas que as bruxas são representadas: mulheres indígenas e negras.

As práticas de perseguição e tortura foram, e ainda são direcionadas a essas mulheres, a fim de que seus corpos se transformassem em *locus* à serviço do controle dos conquistadores, bem como para que fosse perpetrada uma destruição das práticas, elos e saberes: “as mulheres se converteram nas principais inimigas do domínio colonial” (FEDERICI, 2018, p.402).

Além de serem submetidas à demonizações e acusações de bruxaria por suas tradições próprias as mulheres negras também foram hipersexualizadas e submetidas a violência sexual constante (DAVIS, 2016). A associação de mulheres negras a práticas de bruxaria foi tão intensa nas colônias, ganhando destaque no contexto brasileiro (ROCHA, 2017), que até hoje podemos perceber essa relação sendo feita àquelas pertencentes a religiões de matriz africana. (SILVA, 2012)

O colonialismo e o racismo misturam-se a um caldeirão de violências onde engendra-se o capitalismo – plano de existência onde se constituíram as leis, as bulas papais, a ciência, cárceres, salas de tortura e fogueiras. Federici (2019) afirma que o fato de a Caça às Bruxas, a colonização e escravidão pertencerem a um mesmo contexto histórico e político: o nascimento do capitalismo, marca a necessidade de unidade nestas lutas. Todavia, sobressalta-se a constatação de que mesmo diante de todas as tentativas de aniquilação aos saberes das bruxas, eles ainda resistem (RUSSELL; ALEXANDER, 2019; CABOT, 1992).

O próprio termo bruxaria é ressignificado, a partir da década de 1970 é visto que ele ganhou força política como forma de reivindicação e rememoração histórica do *status* ancestral de poder e união entre mulheres que fora violentamente suprimido pela estruturação capitalista, colonialista, e dos saberes científicos e cristãos (DIAS; CABREIRA, 2019).

Na atualidade as imagens das bruxas ganharam contornos diversos e até paradoxais, uma vez que por um lado muitas mulheres ainda são perseguidas e

mortas ao serem atreladas a práticas de bruxaria (FEDERICI, 2019) ao mesmo tempo que outras se declaram bruxas (DIAS; CABREIRA, 2019). Essa autoafirmação<sup>15</sup> acontece também entre mulheres que possuem saberes sobre ervas que envolvem processos singulares desde o preparo das plantas até o seu direcionamento na intenção de cura (MAIZZA; VIEIRA, 2018).

Essas nuances de uma história construída em forma de teia imbricada de múltiplas relações de saber e poder nos fazem lembrar da impossibilidade de uma leitura linear da história, com movimentos unívocos e ordenados em forma cronológica. A Caça às Bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isto porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e o Estado (FEDERICI, 2018, p. 297).

Estamos, portanto, diante de descontinuidades e rupturas, por vezes, omitidas com vistas a reverberação das narrativas contadas apenas através das histórias dos vencedores, estas que compõem a história oficial, o que deve ser contado (BENJAMIN, 2019). “A perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto nas colônias foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2018, p. 16).

Ademais, o silenciamento das bruxas e de suas versões da história, seja nos países europeus ou na África e nas Américas, ainda ocorre e é composto por práticas violentas que são delineadas e direcionadas de formas distintas a depender da articulação entre raça, gênero e sexualidade. A auto intitular-se publicamente como bruxa pode ser vantajoso ou indiferente para algumas

---

<sup>15</sup> Muitos são os grupos que se autoafirmam bruxos, praticantes de magia, membros de ceitas neopagãs e grupos religiosos como a *Wicca*, e a bruxaria tradicional (RUSSEL; ALEXANDER, 2019).

mulheres, mas extremamente perigoso para outras. Pensando que é através dos discursos que se materializam as práticas cotidianas, inclusive as de perseguição, tortura e morte, dialogamos com Michel Foucault para evidenciar as tramas de poder saber imbricadas nos enunciados discursivos.

### **5 O poder do discurso e diálogos com Michel Foucault**

Desde a aula inaugural de Michel Foucault no *Collège de France*, em 1970, intitulada *A Ordem do Discurso*, a temática discursiva nos coloca diante de questões que problematizam o próprio discurso entendendo que, a partir deles criam-se materialidades e funda-se um jogo de resultados indeterminados. Os discursos estão intimamente relacionados com o poder e a produção de verdade, o que pode fazer deles algo perigoso e determinante também em relação à vida. Produzir um discurso verdadeiro envolve uma cadeia de efeitos que podem determinar não só a vida, como também a morte dos envolvidos (FOUCAULT, 1996; 2011).

Considerando que o interesse na construção deste artigo foi de analisar como os enunciados trazidos no tratado *Martelo das Bruxas* governaram e produziram saberes e práticas sobre as bruxas, foi no rastro do projeto analítico de Foucault que mostra, por exemplo, como o discurso sobre a loucura precede o louco, que a sua pesquisa foi realizada. Foucault (2010) observou que a ideia do louco se inscreveu em um discurso e foi captado, criado, nomeado e governado por ele. Mas não foi apenas essa captura que garantiu a intencionalidade da ordem do discurso sobre a loucura.

O discurso, nesses termos, possibilita a produção de determinados saberes e práticas. Nele, podemos encontrar as táticas das relações de poder que excluem outras possibilidades discursivas, seja interditando, rejeitando ou separando o verdadeiro do falso, ou fazendo tudo isso de uma só vez (FOUCAULT, 1996). O que fica evidente quando tomamos como dispositivo de

análise, trechos do tratado “O Martelo das Bruxas” que enquanto um instrumento discursivo produziu verdades acerca da bruxaria que contribuiu na construção da Caça às bruxas como uma ferramenta de execução, controle e tortura das bruxas. Ao mesmo tempo que rejeitou, criminalizou e tentou silenciar os saberes da bruxaria.

Neste emaranhado de concepções, entendemos que a linguagem e o discurso são lugares de lutas permanentes; os enunciados são raros e, nem sempre, óbvios e exclusivos; sendo preciso atentar para as práticas discursivas e não discursivas e manter uma atitude de dúvida diante dos aspectos investigados. Partir da noção de que o discurso é um lugar de luta permanente é considerar que o discurso não pode ser visto apenas como um conteúdo representado por um sistema de signos, mas como “[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 60). Para o autor, as palavras e as coisas se relacionam de maneira complexa, porque essa relação é histórica, está repleta de construções e interpretações e perpassadas por relações de poder.

A partir das contribuições foucaultianas foi possível compreender, por essa lente, o tratado *Martelo das Bruxas* como um dispositivo discursivo de produção de verdades sobre as bruxas e a bruxaria, e que na trama dos jogos de saber poder contribuiu para a materialização de práticas de perseguição e morte desse grupo específico.

## **6 Considerações finais**

As análises e problematizações realizadas neste trabalho seguiram os fios históricos e discursivos como forma de apontar a constituição de um dispositivo que visou o extermínio de mulheres com vistas ao processo de colonização, bem como afirmação do sistema capitalista. Fazer notar esses

atravessamentos, no entanto, nos levou a perceber as discontinuidades e diferenciações produzidas na insígnia da bruxa.

A bruxa à medida que se apresenta com contornos distintos em espaços geográficos e momentos históricos diferentes – como no caso comparativo da figura da bruxa atrelada a mulheres europeias e aquela às mulheres habitantes de territórios colonizados – aponta para a construção de um dispositivo extremamente eficaz que ainda reverbera atualmente e que como objetivo tem uma política de morte direcionada a corpos femininos não domesticados, estes que podem alterar, ainda que de maneira irrisória, as relações de poder.

Pode-se questionar, se o ato de *Caçar as Bruxas* diz respeito ao avanço contra mulheres que não se conformam às gramáticas normativas de gênero, raça esperadas socialmente. Isto por que a existência de comunidades de bruxas, bem como a auto-intitulação pública da insígnia bruxa não são, por vezes, atacadas de maneira violentamente direta, como no caso de comunidades, livros, e mulheres associadas a *Wicca* – que são em sua maioria mulheres e se designam como bruxa(o)s (OSÓRIO, 2011). Enquanto por outro lado, religiões de matriz africana, e rituais indígenas surgem mais frequentemente associados ao bestial e ao diabólico, e cerceado por violências (LUGONES, 2008).

Assim, o dispositivo de Caça às Bruxas na passagem dos séculos foi entremeando-se à maneira como as sociedades ocidentais organizaram suas hierarquias de gênero, raça e classe em diferentes territórios, como meio de capturar experiências que não se conformam às gramáticas morais esperadas, isto através da justificativa dos possíveis perigos presentes na bruxaria.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm).

Acesso em: 07 jul. 2022.

BUTLER, Judith. “Sujeitos do sexo/gênero/desejo”. In: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CABOT, Laurie. *O poder da bruxa: a terra, a lua e o caminho mágico feminino*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1992.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da violência 2019*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 115 p.

COSTA, Clara Gianni Viana; VELOSO, Victória Santos & LEAL, Ana Christina Darwich Borges. Bruxaria e Normalização: a perseguição às mulheres e ao conhecimento tradicional frente à hegemonia do discurso médico. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 15, jan./jun 2019, p. 218-227. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.com/edicoes/edicao-15/15-a-bruxaria-e-normalizacao-a-perseguido-as-mulheres.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 2016, p.155-163.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Bruno Vinicius Kutelak & CABREIRA, Regina Helena Urias. A Imagem da Bruxa: da Antiguidade Histórica às Representações Fílmicas Contemporâneas. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 72, 2019, p. 175-197. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n1p175>.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2018. 460 p.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade média aos dias atuais*. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 80 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. In: *Microfísica do poder*. Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981- 1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014. 176 p.

GUIMARÃES, Cecília Severo. Mulher: corpo incivilizado–A crítica feminista marxista de Silvia Federici a Michel Foucault. In: *Anais da XVIII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS: volume 1*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 131-145. Disponível em: [https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206\\_39822e565da249a1bc6ec2b5f2ec7a55.pdf](https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_39822e565da249a1bc6ec2b5f2ec7a55.pdf). Acesso em: 26 ago. 2022.

KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Bruxas*. Trad. Paulo Fróes. 28ª ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2017. 530 p

LUGONES, María “Colonialidad y Género”. *Tabula Rasa*, n. 9, jul.-dez. 2008, p. 73-101.

LUGONES, María. “Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples”. In: *Pensando los feminismos en Bolivia*. Série Foro 2. La Paz: Fondo Emancipaciones, 2012.

MAESTRO, Ángeles. *Feminismo marxista: notas acerca de um processo em construção*. Santiago de Compostela: XVII Jornadas Independentistas Galegas, 2013.

MAIZZA, Fabiana & VIEIRA, Suzane de Alencar. Políticas feministas da vida, palavras finais. *Campos -Revista de Antropologia*, v. 19, n. 2, 2018, p. 9-13. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/68273>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MELO, Ailton Dias & RIBEIRO, Paula Regina Costa. BRUXAS, PERIGOSAS E DESORDEIRAS: A MULHER E A CULPA NA INQUISIÇÃO. *Diversidade e Educação*, v. 9, n. Especial, 2021, p. 21-48. DOI <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12646>.

MÜLLER, Charlotte & SANDERSON, Sertan. Caça às bruxas: um problema que persiste no século 21. *Deutsche Welle*, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ca%C3%A7a-%C3%A0s-bruxas-um-problema-que-persiste-no-s%C3%A9culo-21/a-54520254>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise. (coords.). *A*

*Mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OSÓRIO, Andréa. Dons da bruxa e trajetórias wiccanas: narrativas sobre ser e tornar-se uma bruxa moderna. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 20, n. 20, 1991, p. 51-64, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p51-64>.

PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues. Bruxaria e o Feminino na visitação inquisitorial ao arcebispado de Braga (1565). *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 3, n. 9, jan. 2011, p. 1-8.

PRECIADO, Paul B. *Texto Yonqui*. Madrid, Espanha: Editora Espasa Calpe, 2008.

ROCHA, Carolina. As noivas de Satã: bruxaria, misoginia e demonização no Brasil colonial. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Dossiê especial "Clássicas", v.6, n.11, 2017, p. 68-79. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/32869>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ROCHA, Carolina. *O sabá do sertão*. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

RUSSELL, Jeffrey B. & ALEXANDER, Brooks. *A História da Bruxaria*. São Paulo: Aleph, 2019.

SANTOS, Ricardo V. & COIMBRA JR, Carlos E.A. (Orgs.) *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. 251p.

SILVA, Nereida Soares Martins da. *As "mulheres malditas": crenças e práticas de feitiçaria no nordeste da América Portuguesa*. Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

THOMAS, Keith. *Religião e declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TOSI, Lucía. Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 369-367. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Recebido em 01/08/2023.

Aceito em 25/04/2024.